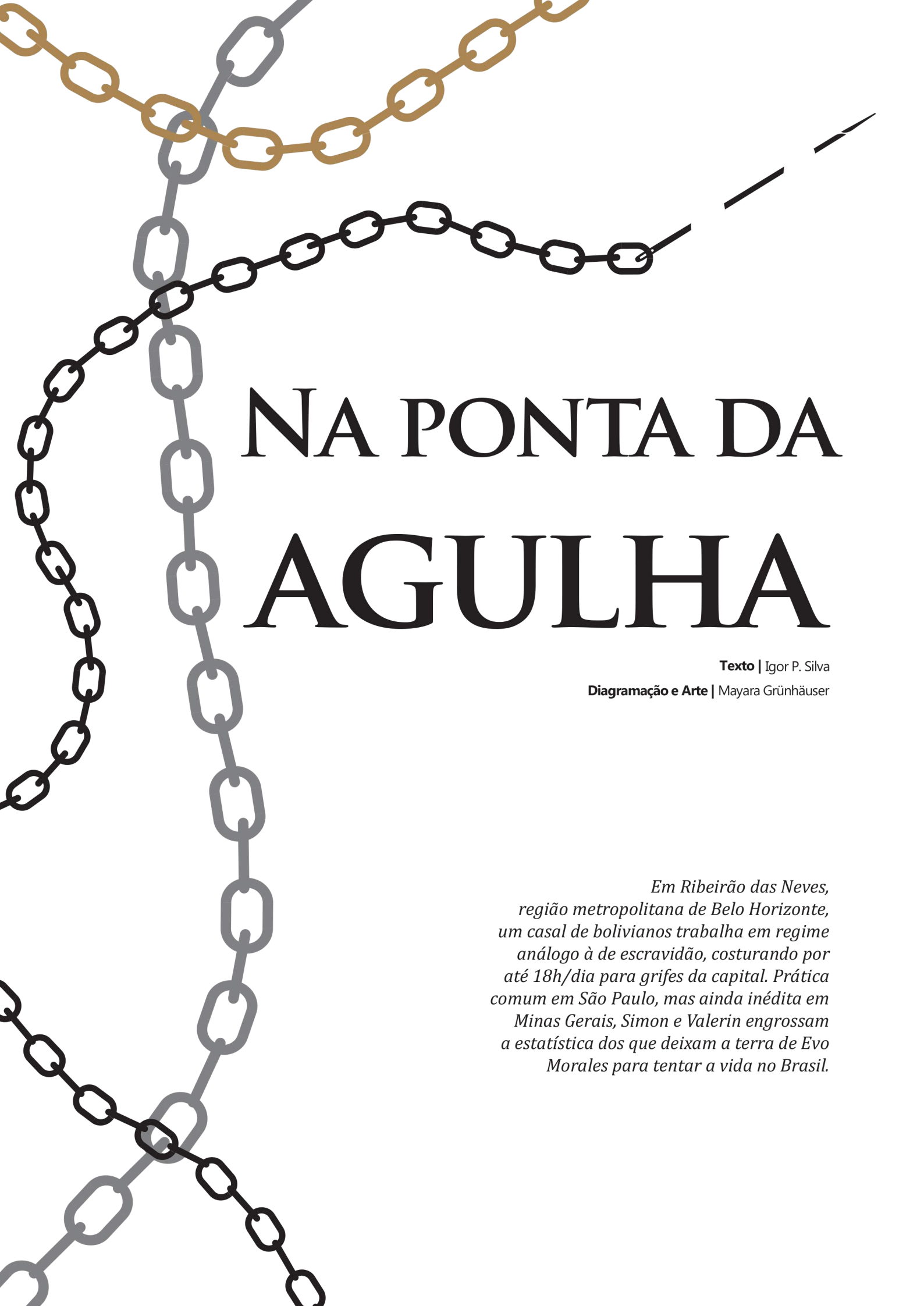




NA PONTA DA AGULHA

Texto | Igor P. Silva

Diagramação e Arte | Mayara Grünhäuser

Em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, um casal de bolivianos trabalha em regime análogo à de escravidão, costurando por até 18h/dia para grifes da capital. Prática comum em São Paulo, mas ainda inédita em Minas Gerais, Simon e Valerin engrossam a estatística dos que deixam a terra de Evo Morales para tentar a vida no Brasil.

São cinco horas da manhã no bairro Neviana, na cidade de Ribeirão das Neves. Na rua de calçamento de pedra, um motoboy toca a campainha da casa simples e sem reboco. O boliviano Simon Huayahua Chura coça os olhos e, ainda sonolento pela madrugada passada em claro, recebe do entregador uma peça de roupa pronta e modelos frente e verso. Com sorriso desgastado, ele agradece e se despede. Tem início mais uma jornada exaustiva de trabalho.

Entender quem é este homem é um trabalho que nos leva a 2009. Ele chegou ao País por São Paulo junto com a mulher, Valerin Zuleyka Cruz Flores. Veio de Santa Cruz de la Sierra, seduzido por condições melhores de trabalho, deixando pra trás uma Bolívia já saturada de costureiros, onde salário médio não passa de US\$116. O casal esperava encontrar Raimundo Flores, pai de Valerin e que a abandonou em 1998, em busca de dinheiro no Brasil. Ela tinha só oito anos.

“A gente esperava de que ele tivesse ficado bem de vida. Talvez pudesse nos ajudar a encontrar alguma coisa por aqui”, lamenta a boliviana.

Simon tem oito irmãos. Apenas dois permanecem em Santa Cruz. O resto se espalhou por Argentina, Chile e Espanha. “Peguei mil dólares com meu irmão que mora lá na Europa. De nós, ele é o que tem condições um pouco melhores. Até hoje não consegui pagar a dívida”. Sem nenhuma foto e uma lembrança desbotada do Raimundo dos tempos em que era menina, Valerin peregrinou com o marido sem rumo por terras paulistanas. A única pista: o endereço do coioite que o conduziu pela fronteira. Nenhum registro na Bolívia. Nenhum nome parecido nos computadores da Polícia Federal. Chegaram a encontrar um casal que conhecera Raimundo, mas as poucas informações sobre o senhor não os levaram a lugar nenhum.

A casa dos bolivianos, localizada no bairro Cidade Neviana





Valerín costura enquanto conta sobre seu pai “Não sei se me lembraria dele se o visse”

“Conhecemos muito São Paulo, mas acho que é uma cidade muito poluída e ruim pra viver”, conta, debochando. A alta oferta de mão-de-obra barata boliviana por lá e a esposa, a essa altura já grávida, o trouxeram para Minas Gerais.

O pequeno T.A., hoje com três anos, nasceu no Hospital São Judas Tadeu, também em Neves. Em busca do sonho de criar uma linha de produção têxtil própria, Simon instalou uma pequena oficina na sala de casa.

Nas primeiras semanas, percorria todas as lojas de confecção e marcas de roupas nos bairros Prado, Barro Preto e Vista Alegre. Ele lembra as tardes quentes que atravessou a pé, peregrinando de estabelecimento em estabelecimento em busca de uma oportunidade. “Andei muito mais na vida do que vocês”, relembra com entusiasmo para a Reportagem, raramente desviando os olhos da máquina de costura que bate sem parar.

“No começo, ia do Prado até a Praça Sete a pé”. O segredo para tamanha disposição, ele revela, era colocar pimenta na boca e sair correndo para buscar água no próximo destino. A necessidade mais urgente de vencer a ardência o levava para as outras lojas.

No início, pegava uma pequena demanda e realizava em casa. Se fosse aprovado, passava a receber encomendas constantes das empresas. Quando já não conseguia mais fazer sozinho tantas peças, trouxe da Bolívia mais 20 compatriotas. Ali trabalhavam ao longo de 18 horas por dia, sob o som ambiente constante dos tec tecs da costura. Dormiam em um alojamento pequeno e sem ventilação, disputando o espaço com as dez máquinas que usavam para trabalhar. Dividiam um único banheiro com fios soltos e desencapados, não tinham carteira de trabalho nem recebiam férias, auxílio doença e tantos outros benefícios rotineiros do brasileiro acostumado a trabalhar em condições regularizadas.

A situação mudaria em novembro de 2012. Na ocasião, Simon teve a oficina autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Polícia Federal. Ele e a esposa foram indiciados por exploração de trabalho em situação análoga à de escravidão, crime previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro e com pena de dois a oito anos de prisão. “A legislação define trabalho análogo ao de escravidão a servidão forçada ou a que submete o cidadão a jornadas exaustivas e degradantes”, explica o auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos, responsável pelo inquérito 52738-26.212.4.01.3800 que descreve a situação dos bolivianos. Campos coordena desde o primeiro semestre de 2013, o Projeto de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Minas Gerais.

Simon prestou serviço primeiramente para a loja “Vida Nua Indústria de Confecções”. Localizada na Rua Mato Grosso, no Barro Preto, a marca foi fundada em 1991 pela empresária Imperatriz de Araújo Porto. Desde então, o negócio se expandiu para cinco pontos; três lojas em Belo Horizonte e uma em São Paulo, além de uma estamparia. Durante a inspeção do Ministério do Trabalho na oficina dos bolivianos, foram encontradas etiquetas da marca e serviço a ser finalizado.

Em seguida, foi realizando testes para fornecer seus serviços para outras marcas. Além de trabalho, na “LaVÍ Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.” – marca espalhada por 98 cidades de 22 estados brasileiros –, o boliviano teria conseguido também apoio da loja para comprar as máquinas de costura, já que, por falta de documentos, Simon tinha dificuldade de acesso a linhas de crédito. A agilidade e a qualidade das peças entregues fez com que a proprietária da marca Andreza Gontijo, indicasse seu serviço para a “Lafê Comércio e Vestuário”.

Com showroom na Rua Aristóteles Caldeira, no Prado, a Lafê está presente hoje em mais de 17 estados do país. No seu site, ostenta com destaque, matérias em blogs que

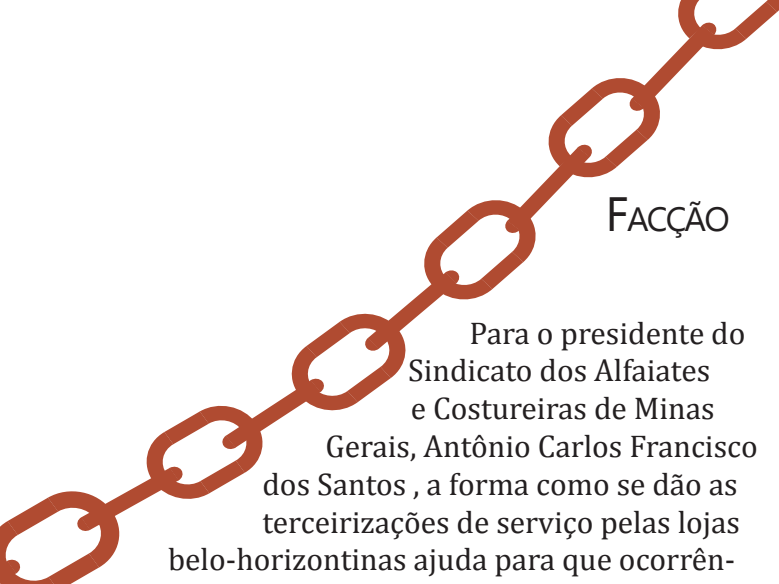
anunciam suas coleções. O mesmo sistema de parceria se repetiu na “Regina Salomão” (com lojas nos bairros Gutierrez, Lourdes, e em São Paulo), “Padronagem” e “Iorane”. No caso da última, o Ministério do Trabalho chegou a recolher vestidos sociais produzidos na oficina como prova no inquérito.

Ainda assim, o número de peças de roupas produzidas para essas marcas durante a autuação não era capaz de se equiparar à quantidade encomendada pela “Chiclete com Guaraná”. A grife, cuja razão social é Bagefra Indústria e Comércio de Roupas, mantém contatos comerciais no Brasil inteiro, além dos Estados Unidos e Itália. É citada assiduamente em páginas de revista, como a “Cláudia” e “Caras”, e em blogs de moda mantidos por personalidades, como o da consultora de moda Glória Kalil.

O volume de peças da marca encontradas durante a autuação era tão expressivo que motivou uma nova inspeção no mesmo dia, dessa vez na sede da empresa. Na ocasião, o Ministério do Trabalho comprovou as informações prestadas pelo casal: os serviços eram sempre repassados pela funcionária identificada como Vânia Aparecida Rezende Silva, que não quis dar entrevista.

Embora não seja mencionada no inquérito dos bolivianos, a Reportagem flagrou durante a visita à oficina, etiquetas para roupas que supostamente estariam sendo produzidas para a grife “Áurea Prates”. Conhecidas pelos desfiles glamourosos que produz, como o que realizou no Minas Trend Preview 2014, a Áurea Prates é hoje uma das marcas mineiras mais famosas no Brasil e no exterior. A qualidade de suas peças é exposta frequentemente nas páginas de “Marie Clare”, “Elle” e por centenas de blogs cujas páginas surgem instantaneamente à mera pesquisa do seu nome no Google.





FACÇÃO

Para o presidente do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras de Minas Gerais, Antônio Carlos Francisco dos Santos, a forma como se dão as terceirizações de serviço pelas lojas belo-horizontinas ajuda para que ocorrências como a encontrada em Ribeirão das Neves aconteçam. “Buscando se eximir dos custos trabalhistas, as lojas fazem acordos informais na hora da contratação”, analisa.

O regime é chamado de facção. Nele, as empresas contratam diretamente um número mínimo de trabalhadores, estes sim, com registro em carteira e responsáveis pela produção de peças de modelo (chamadas de “piloto”). A maior parte da produção e da finalização dessas peças, contudo, fica por conta de trabalhadores autônomos que realizam o serviço em casa, os chamados “faccionistas”.

Longe das fábricas e sujeitos a toda sorte de imprevisto, os faccionistas recebem uma porcentagem que varia entre 5 e 10% do valor de produção da peça. Caso a roupa não passe na inspeção de qualidade, o seu custo é descontado do total a receber. Não têm acesso a contribuição para a Previdência Social, folga nem adicional noturno, direitos que motivaram a costureira Ducleia Assis Duarte a entrar com ação trabalhista contra a Bagefra/Chiclete com Guaraná. O processo está parado na 21ª Vara de Belo Horizonte, sob a etiqueta com o número 654-61.2013.5.03.0021 e a Justiça ainda não tem prazo para decidir sobre.

Citada no inquérito, Ducleia conta que trabalhou entre 2008 e 2012 para a empresa. Recebia as peças-piloto por intermédio da mesma Vânia Aparecida e produzia na sua casa, em Betim, em jornadas que ultrapassavam 11 horas diárias. Segundo o artigo 58 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT),

a jornada máxima permitida no país é de 8h diárias, podendo ser acrescidas de 2h desde que pagas como hora extra.

“Eles não quitaram tudo que costurei e às vezes pagavam com cheque de outra pessoa. Fiquei sabendo da história dos bolivianos depois do processo, mas com a gente era igual”, relata ela. Segundo a costureira, era ela a responsável por arcar com a aquisição de maquinário e linha, além de buscar e entregar o serviço pronto.

De acordo com a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação por meio de terceirização para atividade de finalização é nula e gera vínculo empregatício. Na prática, isso significa que as empresas teriam de arcar com os custos de um empregado terceirizado da mesma forma que um regular. Não é o que acontece.

Na mesma situação de Dona Ducleia, foram encontradas outras 13 costureiras sob regime de facção na Bagefra. Temendo cobranças judiciais, a empresa proibiu que elas comparecessem para prestar depoimento. Apenas Ducleia se predispôs a falar, enquanto seis trabalhadores sequer responderam ao contato dos auditores. Já na LaVÍ, foram achados oito faccionistas além dos bolivianos, enquanto que na Lafê, eram quatro e na Regina Salomão, 12.

Os casos mais graves de violação trabalhista foram registrados nas marcas Padronagem, Iorane e Vida Nua. Embora os auditores tenham verificado uma lista com cerca de 10 faccionistas regulares durante a primeira visita, a Padronagem optou por não fornecer mais nenhuma informação. Das 10, duas costureiras afirmaram em depoimento que prestavam serviços com exclusividade para a Padronagem há cerca de sete anos. A marca Iorane não chegou a fornecer os nomes completos dos seus faccionistas, além de ter sido autuada por deixar de conceder aos empregados diretos uma hora de repouso e alimentação, direitos previstos em lei. Por fim, na Vida Nua, além de seis faccionistas



Simon finaliza uma encomenda de calças

encontrados, o Ministério do Trabalho constatou que um estilista desenhava peças há mais de um ano sem qualquer registro.

“NÃO SOU ESCRAVO!”

Depois da autuação, Simon foi obrigado a comparecer com a mulher em uma audiência na Polícia Federal. Tentou argumentar, disse que o trabalho não o fazia mal. Mas os homens de terno disseram para ele que para trabalhar, ele precisaria receber FGTS, férias e tinha que descansar de um dia para o outro. “Falaram que eu era escravo e que também tava escravizando, que ninguém podia ficar acordado costurando por muito tempo. Mas ninguém obriga a gente a fazer nada”, conta indignado. A afirmação é comum entre imigrantes em situação análoga à de escravidão. Sem conhecer a burocracia

brasileira, acreditam que a ação é uma interferência injustificada de um governo que, nas palavras do próprio Simon, “não deixa trabalhar e se roubar, te leva preso”. “Muitos bolivianos chegam no Brasil sem grandes experiências laborais anteriores e portanto, não conseguem comparar realidades”, escreve a jornalista Camila Lins Rossi na pesquisa “Nas costuras do trabalho escravo”, na qual analisa a situação dos bolivianos ilegais em São Paulo. Camila passou um ano entrevistando costureiros daquele país e viajou à Bolívia para tentar entender o que os motiva a mudar para cá. “Esse pensamento [o de não se sentir escravo] é uma das barreiras que impede a disseminação de um trabalho de conscientização junto aos imigrantes para que entendam a real situação a que são submetidos”, conclui.

Simon não entendeu que a Polícia o resgatava. A proibição soava mais punitiva que salvadora. Desolado, deixou os corredores do



Ministério com o filho nos braços, a mulher a tiracolo e sem centavo no bolso que pagasse os R\$12,30 referentes às passagens até Ribeirão das Neves. Sem escolha, caminhou os cerca de 14 quilômetros que separam a Praça Sete, no centro de BH, da Central de Distribuição de Minas Gerais (Ceasa Minas) em Contagem, na movimentada e perigosa BR-040. Só lá, uma senhora se compadeceu de seus rostos suados e lhes deu dinheiro para completar os outros 16 quilômetros que faltavam até o bairro Neviana.

“Cheguei com o T.A. chorando. Sentei no chão de casa e não conseguia parar porque não sabia o que fazer”, relata Valerin. Ela não derrama lágrima ao contar, mas as palavras saem pesadas. Um pastor evangélico da rua os confortou. O religioso ajudou a arrecadar alimentos, roupas e os únicos dois pares de calçados de T.A. O menino também ganhou um cachorro, Choco, sua única companhia quando não está na creche.

O casal, que para a lei era capataz, passou então à condição de escravo. Com a volta dos compatriotas para a Bolívia, os que aos olhos da justiça eram exploradores, hoje são explorados. A investigação terminou em fevereiro de 2013, mas o trabalho não. As demandas chegam todos os dias, muitas delas vindas das mesmas empresas autuadas. Durante a apuração, a marca Vida Nua, por exemplo, enviou seu pedido de 300 peças para serem entregues em sete dias. Simon prometeu entregar em cinco.

“Nesse negócio, o trabalho só continua vindo se você for rápido”, diz, no seu português carregado de sotaque. E para ser rápido, só destreza com os equipamentos não é o suficiente. É preciso ficar acordado e costurar sem descanso. Ele confessa que usualmente pega serviço às 5 da manhã, quando os pedidos chegam, e costuma ir até as 23h. Nos casos dos mais complexos, é comum passar a madrugada inteira na máquina, emendando um dia no outro.

Na sequência, o cachorro Choco, o carrinho de mão colorido, único brinquedo de T.A. e os dois pares de sapatos doados

Em um dos raros momentos em que deixa o ofício, ele tira do cabide um vestido vermelho de seda bordado. Leva a peça até o corpo de uma das repórteres, como se quisesse ver seu caimento. A peça vai ser vendida a R\$2 mil, diz ele, mas nela só ganhará R\$60. O costureiro tenta barganhar. “Fazemos por R\$300 pra você. Pode procurar na loja que é mais caro”. Diante da negativa, ainda insiste. Oferece um aluguel e faz sua última investida. “Falem para sua amigas virem aqui, que eu faço preço bom”, mas já prevê que seus truques de vendedor não darão certo.

Depois das linhas, tesouras e agulhas, a barganha é a principal ferramenta de trabalho. É comum que a quantidade de tecido usada para fabricar o que é pedido acabe dando para excedentes. Nesse caso, Valerin percorre o bairro, vendendo o que sobra para as vizinhas. Enquanto Simon trabalha, ela vai mostrando as peças que os dois produzem, citando os preços cobrados nas lojas. “Costumo ir até onde vendem nossas roupas. Os valores são muito altos”, conta ela, decepcionada com o que lhe é repassado por cada peça.

Para Valerin, é incompreensível a vaidade que leva as mulheres do nosso país a gastar tanto para vestirem marcas famosas. Na terra de Evo Morales, usar roupa cara é uma das últimas preocupações de um povo que é obrigado a enfrentar escassez de alimentos, água potável, o calor e a economia frágil, baseada quase inteiramente em reservas de gás natural.

O marido, por sua vez, se recusa a aceitar costumes brasileiros como normais. Relembra uma Bolívia que ficou para trás, mas cujas tradições não quer perder porque são as poucas coisas que definem quem ele é em uma indústria cujo valor reside nas mãos e não nos rostos. “É tudo ao natural. Cara limpa, blusas de manga comprida e saias mais longas. Lá não tem essa liberação toda do Brasil”. A ele, assusta o hábito de pintar as unhas por exemplo. “Vocês têm que deixar que nem a dela”, e aponta para as mãos da mulher, sem o menor vestígio de esmalte. “Não passar nada”.



As máquinas disputam espaço com as peças de roupa



O casal mostra um dos vestidos produzidos. Ao lado, os showrooms das marcas “Vida Nua” e “Regina Salomão”

Sorridente, seus olhos pesam em um único momento. É quando deixa cair a máscara de “gringo” brincalhão e diz coisa sincera. A tristeza na voz é perceptível quando o boliviano lembra do crédito que outras pessoas ganham pelo serviço ele faz. Nas passarelas, os estilistas são aplaudidos, banhados pelos canhões de luz e pelos flashes dos fotógrafos, enquanto a ele sobra a iluminação improvisada e a rede elétrica clandestina. “Eu vejo aquelas roupas no corpo delas (as modelos) e penso ‘fui eu quem fiz’. Outro dia chegou o moço aqui e me mostrou as fotos das peças no catálogo. Tudo muito bonito”, conta com um pouco de orgulho na voz.

O boliviano, aliás, é todo orgulho e impotência. Orgulha-se por suas peças serem famosas, mas não poder ser ele ali, recebendo os aplausos e o reconhecimento é o que a parte mais penosa do que faz. Não menciona nunca os compatriotas que o ajudaram. Para ele, são sempre “um pessoal aí”. Parece arrependido, desconversa, mas está bastante claro que sem ajuda, seu sonho de viver de

trabalho próprio vai ficando cada vez mais distante. “Quero mudar isso, trabalhar pra mim mesmo. Essa vida de trabalhar pra loja não compensa não”.

Mesmo com dinheiro, os empregados que se foram não podem ser repostos facilmente. O costureiro ensina que “não adianta aprender, precisa ter jeito”. Ele confessa ter demorado quase um ano para dominar a técnica e perdeu muito material ao longo do processo.

Sem recursos nem saída, a ponta da agulha funciona sem parar. Com tanto pano, falta tempo para as fraldas. O agitado garotinho T. A. corre pela casa. Absorta no trabalho, a mãe mal tem tempo para repreendê-lo. “T. A. é muito querido na vizinhança. Desde os três meses, quem o cria é a vizinha. Só agora ela deixou de ser tão apegada porque acabou de ganhar uma neta”, relata, citando a moradora da frente. “Ela dava comida, água, dava tudo”. Agora ocupada com a neta, a vizinha já não pode ficar com o menino. Ele então passa a maior parte do dia em casa,

entre retalhos e etiquetas. Enquanto seu pai conversa com a reportagem, T. A. vai revirando as sacolas e balbuciando “bonito, bonito, bonito”. Em dado momento, pega um pedaço de papel e, na ponta do pé, estica os braços finos até a máquina de roupa, imitando o trabalho dos pais. Simon ignora o filho, que claramente vai aos poucos seguindo a sua sina, e afirma em negação. “Esse vai ser vendedor, não vai fazer roupa sofrer igual ao pai”.

A vontade de ter um negócio próprio é o que os mantém presos à situação degradante. As máquinas adquiridas com a ajuda da LaVÍ

foram apreendidas como provas do inquérito. O boliviano ingressou com uma liminar para reavê-las, mas o pedido foi negado pelo Juiz Federal da 11ª Vara, Marllon Sousa. “A restituição soaria precipitada [...], já que as máquinas poderiam constituir o próprio instrumento do crime ou até mesmo proveito do suposto delito [...]. (Devolver) as mercadorias poderia levar ao funcionamento da confecção de propriedade do investigado e, conseqüentemente, à submissão dos trabalhadores às condições degradantes”, diz o juiz na decisão do processo, publicada em

O QUE AS MARCAS DIZEM

Ao longo de quase duas semanas, a Reportagem tentou sucessivos contatos com todas as empresas investigadas. Na LaVÍ, a proprietária Andreza Gontijo disse que, de fato, contratou os bolivianos. “Eles trabalhavam em regime de facção, coisa que a gente faz com costureiras do Brasil inteiro. Eu pagava por peça obtida”, conta ela. Por telefone, o advogado de Andreza, Claison Braga, negou que os bolivianos trabalhassem em regime análogo ao de escravo. “Nós desconhecemos o método de trabalho utilizado por eles. Foi feito um teste e as peças eram aprovadas, coisa que acontece com 80% de todas as lojas do Barro Preto”, disse. Questionado sobre as longas jornadas e as condições do local onde as roupas eram produzidas, Braga disse que a partir daí só se manifestaria “pelos autos do processo”.

Na Lafê, uma funcionária que se recusou a passar o nome declarou que foram os bolivianos quem os procuraram. “Nunca trabalhei com eles”, disse a mulher. A funcionária de RH da Regina Salomão, Edna Pereira, informou por sua vez que o pedido encomendado não chegou a ser concretizado. “Passamos mesmo o modelo da roupa para fazerem, mas eles não chegaram nem a produzir. Nós pegamos o corte antes da inspeção do Ministério do Trabalho, mas foram achadas etiquetas antigas na casa dos bolivianos, por isso fomos citados”, diz ela.

O advogado da marca Iorane também afirma que sua cliente nunca contratou, não sabe quem é e não tem nenhuma relação com nenhum boliviano. “Inclusive, ela só soube que o nome dela estava envolvido nesse caso depois de ver na imprensa”. Ao ser informado de que o caso não tinha sido abordado por nenhum veículo de comunicação até o momento do contato, ele desconversou e reafirmou a posição de sua representada.

No caso da Vida Nua, a sócia Izamara



Cambráia Freire classificou as acusações como “conversa fiada”. Ela afirmou que vai processar qualquer veículo que noticie o assunto e que não vai dar qualquer declaração sobre o caso. Em uma nova tentativa, a Reportagem conseguiu falar com uma das funcionárias da loja, que se identificou apenas como Kelly. Ela afirmou ter cuidado do caso no momento da autuação e repassou o contato para o advogado da empresa, que “vislumbrou não haver nenhum mérito na acusação”.

O sócio da grife Áurea Prates, Rodrigo Tavares também entrou em contato. Ele negou a relação com qualquer boliviano e afirmou que as peças encontradas provavelmente diziam respeito a algum teste pedido pela empresa antes de aprovar um faccionista. “A Áurea Prates não pratica e nunca praticou nenhum tipo de parceria em regime de trabalho análogo ao de escravo. Mesmo a terceirização, muito comum nas lojas de roupas daqui, já é

um caso que estamos resolvendo”, conta ele.

Informado sobre a peça de R\$ 2 mil, Tavares saiu em defesa dos lojistas. “Para avaliar se os R\$ 60 pagos na confecção de um vestido é justo ou não, é preciso verificar o tempo empregado na produção da roupa e não o preço final do produto. E já te adianto que muito provavelmente (os 60 reais) são absolutamente justos e viáveis, levando em consideração que o que encarece o valor de roupas desse nível são os tecidos sofisticados e o bordado”, avalia ele. “Constantemente vemos a imprensa publicar esses valores colocando o empresário como o grande vilão, como se tivéssemos lucros astronômicos. Não é o que acontece em nosso setor”, completa.

Os representantes das marcas Chiclete com Guaraná e Padronagem se comprometeram a dar uma resposta à questão, mas não retornaram o contato nem responderam a novas tentativas da Reportagem.



Jaime Pedro Alanza, cônsul da Bolívia no Brasil

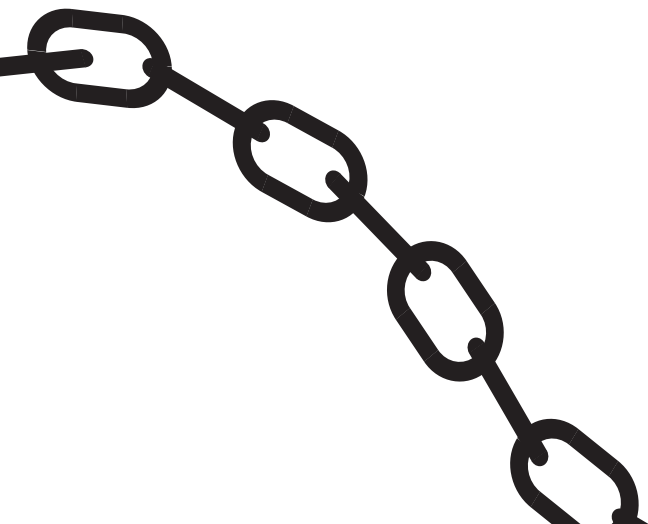
20 de maio. O órgão ignorou. contudo, que a suposta submissão continuaria com ou sem o volume apreendido.

A situação só se agrava, já que desde 8 de agosto de 2013, a mulher é considerada ilegal no país. Na ocasião, seu pedido de permanência no Brasil foi recusado pela Secretaria Nacional de Justiça porque a boliviana não foi encontrada no endereço fornecido às autoridades. Ameaçada de deportação, Valerin corre o risco de não ver o filho crescer. Enquanto isso, às empresas, restou autuação e assinaturas sem fim de termos de ajustamento de conduta.

A SITUAÇÃO NO BRASIL

O caso dos dois bolivianos chama a atenção por ser uma prática comum no estado de São Paulo, mas ainda inédita em Minas: a exploração de bolivianos na confecção de roupas. Todos os dias, centenas de imigrantes chegam à capital paulista pelo Terminal Tietê em busca de condições melhores ou de acumular dinheiro o suficiente para voltar para o país de origem. Falam pouco e entendem menos ainda. Com conhecimento mínimo das leis trabalhistas, são vítimas fáceis da ganância e da busca pela redução de custos de alguns empresários.

Em 2011, correu o País a notícia de que a grife espanhola Zara utilizava mão-de-obra escrava para a produção de suas roupas. Na ocasião, uma equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho encontrou 16 trabalhadores - 15 dos quais, bolivianos -, costurando 16 horas por dia e recebendo R\$0,70 por peça que seria revendida em



shoppings de luxo espalhados pelo país. O salário máximo desses profissionais dificilmente ultrapassava os R\$400/mês. À época, a Inditex, grupo que além da Zara controla também outras marcas como a Pull and Bear e Oysho, atribuiu a situação à terceirização irregular. “O principal entrave nesse caso é a falta de documentação das pessoas que são resgatadas em trabalho análogo ao de escravidão. Muitos entram no País sem registros e, por consequência, sem acesso a nenhum serviço público e proteção legal”, observa o Procurador-Geral do Trabalho, Luís Camargo de Melo. “No caso de São Paulo, havia uma necessidade de regularizar essas pessoas e o Ministério das Relações Exteriores foi chamado a nos auxiliar no processo”.

O Procurador relata ainda que, quando identificada uma realidade como as constatadas em São Paulo e agora, em Minas Gerais, a primeira providência tomada pelo Ministério Público do Trabalho é recolher os cidadãos e, posteriormente, entrar na justiça com uma Ação Civil Pública pedindo reparação por danos morais ou coletivos. “Estamos nos articulando com a Pastoral do Estrangeiro e com o próprio governo da Bolívia para realizar ações que alertem os bolivianos sobre as condições sob as quais são convidados a ingressar no Brasil”, diz ele.

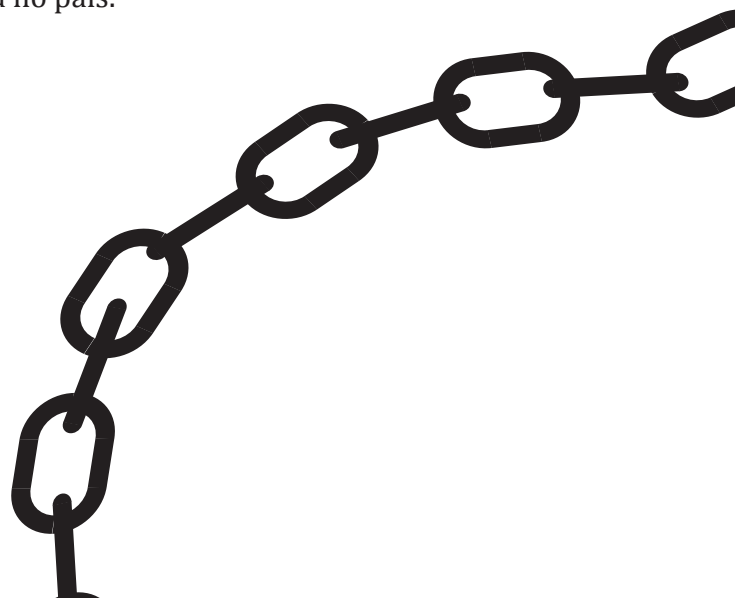
Segundo o Coordenador Nacional do Programa de Combate ao Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Luiz Antônio Machado, estima-se que haja cerca de 8 mil oficinas e 100 mil trabalhadores estrangeiros em São Paulo. “A dimensão do problema nas confecções paulistas ainda é desconhecida”, afirma. A estatística global da OIT é que quase metade dos trabalhadores em situação análoga a de escravidão imigrou. O crime, contudo, tem as suas dinâmicas diferentes em cada país e setor. Na confecção, o órgão calcula que mais de 90% dos trabalhadores escravos são imigrantes.

Para o cônsul geral da Bolívia, Jaime Pedro Almanza, a ação articulada com a Polícia Federal poderia reduzir ainda mais casos

como o de Ribeirão das Neves. Ele ressalta, entretanto, iniciativas que o consulado tem tomado por conta própria. “Em 2009, atuamos juntamente com a Secretaria de Trabalho em um programa de para combater à exploração do boliviano. Conseguimos documentos migratórios, assessoramento legal e passagens para os que desejassem retornar à Bolívia”, conta. Atividades essas que dificilmente chegam aos imigrantes espalhados no interior do país.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores informou que não existe compilação sobre o fluxo para concessão de vistos nos consulados brasileiros espalhados pela Bolívia. Ao contrário das imagens documentadas pela televisão das filas gigantescas nas representações do Brasil, a pasta assegurou ainda que o atendimento nesses locais segue normal, de acordo com a demanda. “O MRE continua em contato próximo com os demais órgãos responsáveis pelo problema, mantendo, também, conversas com os Governos de outros países para solucionar a questão do trabalho escravo. Contudo, a partir do momento em que o nacional estrangeiro chega ao território brasileiro, o tema passa a ser de competência legal da Polícia Federal (conforme o disposto no artigo 1º, inciso I e no artigo 1º, inciso IV, alínea h, do decreto nº 73.332, de 19/12/1973)”, finaliza a nota.

A assessoria de imprensa do MRE também informou que é da Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, a responsabilidade por conceder vistos que autorizem a atividade remunerada no país.



O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL EM NÚMEROS

O PERFIL



95,3%

dos trabalhadores
são do sexo masculino



4,7%

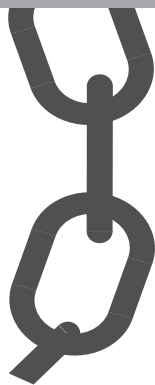
do sexo feminino



Em

2013

Foram identificados **3021**
trabalhadores envolvidos em
atividade análoga à de escravidão



PARÁ,
MARANHÃO,
SÃO PAULO e
MINAS GERAIS
registram o maior
número de casos



Foram registrados **13** casos no setor de
confeção em todo País

122 trabalhadores libertos.
Em **2012** foram **32**

Desde

2008

284.724 bolivianos receberam atendimento no
Multirão de Regularização Trabalhista do
CONSULADO DA BOLÍVIA de São Paulo

E DE VOLTA A RIBEIRÃO DAS NEVES

Mesmo com inquéritos, processos e uma possível deportação da mulher pesando contra seus ombros, Simon diz que não vai parar de costurar. “Eu posso estar nos Estados Unidos, na Espanha, na França ou qualquer outro lugar do mundo e ainda vou continuar sendo costureiro. Costura é o que eu sei fazer, minha profissão é essa e mesmo que peguem minhas máquinas, eu vou até onde for pra poder realizá-la”. Ele, no entanto, não pretende ficar no Brasil por muito mais tempo.

A mãe de Valerin e uma de suas quatro irmãs morreram em um acidente de carro em fevereiro desse ano. A informação chegou por telefone depois do enterro e ela não teve como se despedir. Não havia tempo; vivas, permaneceram a mais velha, de 25 anos e as duas mais novas, menores de idade, com 11 e 15 anos. “A primeira coisa que eu pensei foi nas pequenas. Minha irmã não consegue criar as duas e não temos como trazê-las”, se preocupa Valerin. Com a dificuldade enfrentada pela família, ela já admite que as duas meninas devem acabar

deixando a escola para trabalhar (“acontece muito, criança de sete anos já trabalha”).

A esperança de continuar no país reside na possibilidade remota de encontrar Raimundo Flores. O futuro parece calcado no “se”. “Se” Raimundo estiver financeiramente resolvido. “Se” conseguirem vencer a máquina burocrática que os separa da regularização. “Se” receberem encomendas o suficiente para quitar o aluguel e alimentar a criança. “Acho que vou acabar indo embora mesmo. O Brasil me maltratou muito. Minha cara e meu sotaque de estrangeiro me transformam em pedinte para qualquer um. Não nos enxergam como duas pessoas em busca de oportunidade, mas como duas pessoas em busca de caridade”, lamenta Simon, resignado. “Tenho meus irmãos espalhados por aí. Vendo minhas máquinas por preço suficiente para pagar as passagens e vou. Pelo menos vou estar com a família”.

Na despedida, ele acena sorrindo e fecha a porta. Mesmo da esquina, ainda dá pra ouvir o barulho da agulha voltando a funcionar. **M**

EN LA PUNTA DE LA AGUJA

Texto | Igor P. Silva **Maquetación y Arte** | Mayara

Grünhäuser

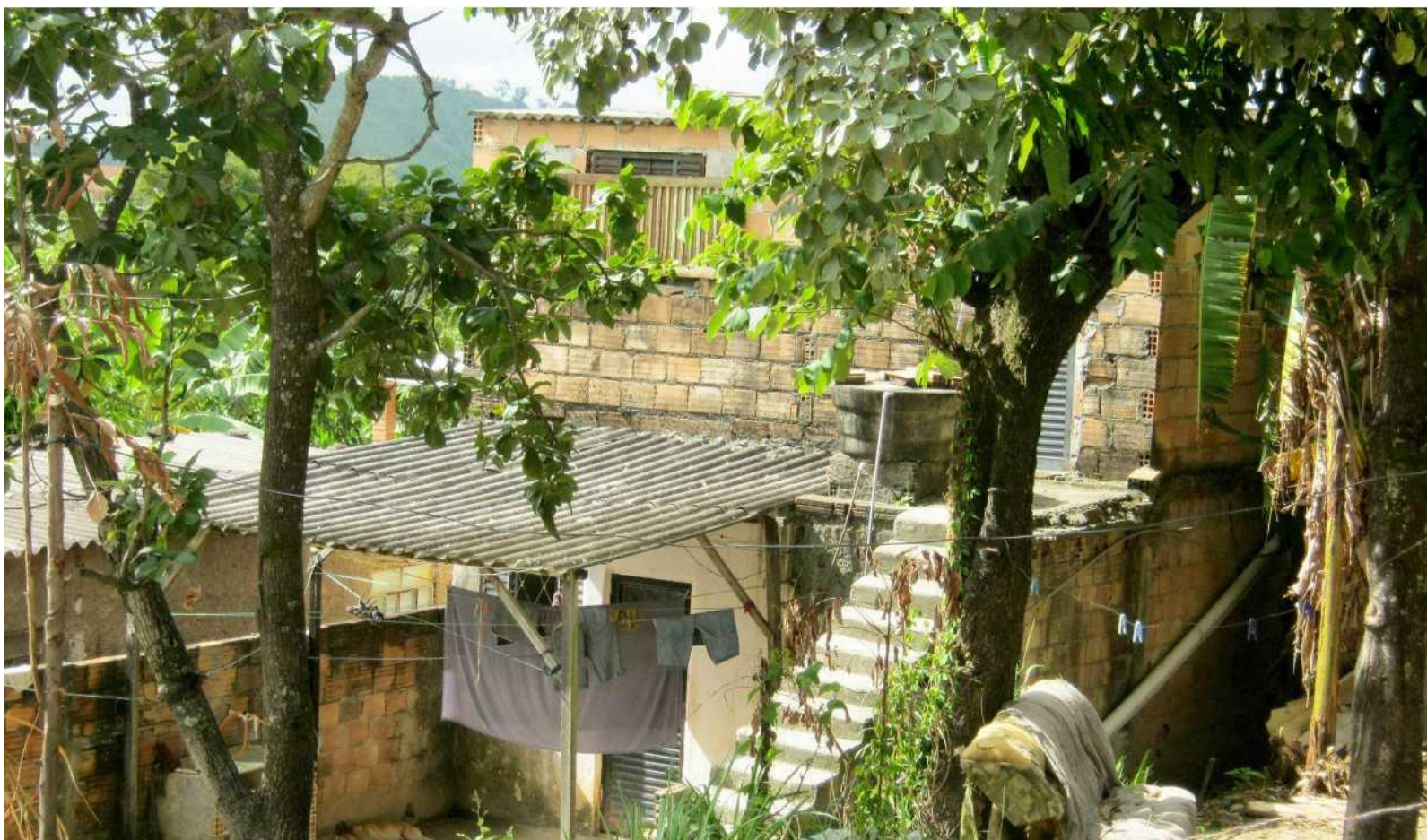
En Ribeirão das Neves, región metropolitana de Belo Horizonte, un matrimonio de bolivianos trabaja en condiciones análogas a la esclavitud, cosiendo por hasta 18 horas al día para marcas de la capital. Esta práctica, común en São Paulo, todavía es nueva en Minas Gerais. Simón y Valerín son parte de las estadísticas de quienes abandonan la tierra de Evo Morales en busca de oportunidades en Brasil.

Son las cinco de la mañana en el barrio Neviana, en la ciudad de Ribeirão das Neves. En la calle empedrada, un mensajero toca el timbre de la vivienda sencilla, con paredes sin revocar. El boliviano Simón Huayahua Chura se frota los ojos y, aún soñoliento tras la noche sin dormir, recibe del mensajero una prenda de ropa y los patrones de las partes frontal y trasera de la prenda. Con una sonrisa cansada, él agradece y se despide. Comienza otra jornada extenuante de trabajo. Para entender quién es este hombre, tenemos que volver al año 2009. Él llegó a Brasil, a la ciudad de São Paulo, junto con su esposa, Valerín Zuleyka Cruz Flores. Vino de Santa Cruz de la Sierra, atraído por mejores condiciones de trabajo y dejando atrás una Bolivia saturada de costureros, donde el sueldo promedio no pasa de los US\$116. La pareja esperaba encontrar a Raimundo Flores, padre de Valerín, quien la abandonó en 1998 para ir en busca de dinero en Brasil. Ella tenía sólo ocho años.

«Esperábamos que él hubiera tenido éxito. Quizás pudiera ayudarnos a encontrar algo por aquí», lamenta la boliviana.

Simón tiene ocho hermanos. Solo dos siguen en Santa Cruz. Los demás se fueron a Argentina, Chile y España. «Mi hermano que vive en Europa me prestó mil dólares. De nosotros, es el que tiene mejores condiciones. Hasta hoy no pude pagar la deuda». Sin ninguna foto y con un recuerdo desteñido de Raimundo, de cuando era una niña, Valerín peregrinó sin rumbo, junto con su esposo, a las tierras de São Paulo. La única pista: la dirección del coyote que lo condujo por la frontera. Ningún registro en Bolivia. Ningún nombre semejante en los ordenadores de la Policía Federal. Se encontraron a una pareja que había conocido a Raimundo, pero las pocas informaciones sobre él no los llevaron a ninguna parte.

La vivienda de los bolivianos, ubicada en el barrio Cidade Neviana





Valerín cose mientras habla sobre su padre: «Si lo viera, no sé si me acordaría de él»

«Conocemos mucho São Paulo, pero pienso que es una ciudad muy contaminada y mala para vivir», cuenta, haciendo mofa. La alta oferta de mano de obra boliviana barata que había allí y su esposa, quien en aquel entonces estaba embarazada, lo trajeron a Minas Gerais.

El pequeño T.A., que hoy tiene tres años, nació en el Hospital São Judas Tadeu, en Neves. En busca del sueño de crear una línea de producción textil propia, Simón instaló un pequeño taller en el salón de su casa.

En las primeras semanas, iba a todas las tiendas de confección y marcas de ropa en los barrios Prado, Barro Preto y Vista Alegre. Él se acuerda de las tardes calientes en las que fue a pie de establecimiento en establecimiento buscando una oportunidad. «Caminé mucho más en mi vida que ustedes», le cuenta entusiasmado al equipo de reportaje, desviando poquísimas veces los ojos de la máquina de coser que trabaja sin detenerse.

«Al inicio iba a pie desde el Prado hasta la Praça Sete». El secreto de tanta disposición, nos cuenta él, estaba en ponerse pimienta en la boca y salir corriendo a buscar agua en el siguiente destino. La necesidad más urgente de superar el picor lo llevaba a otras tiendas.

Inicialmente, recibía un pequeño pedido y lo producía en su hogar. Si lo aprobaban, comenzaba a recibir pedidos regulares por parte de las empresas. Cuando ya no podía producir solo tantas prendas, trajo desde Bolivia a otros 20 compatriotas. Allí trabajaban 18 horas al día, bajo el constante sonido de las máquinas de coser. Dormían en una pequeña habitación sin ventilación, disputando el espacio con las diez máquinas que usaban en su labor. Compartían un único cuarto de baño, donde había cables sueltos y pelados. No tenían contrato de trabajo, vacaciones, ayuda por enfermedad ni tantos otros beneficios que se les proporciona a los brasileños, acostumbrados a trabajar en condiciones regularizadas.

La situación cambiaría en noviembre de 2012. En ese entonces, el Ministerio de Trabajo y Empleo y la Policía Federal allanaron su taller. Él y su mujer fueron acusados de explotación de mano de obra en condiciones análogas a la esclavitud, delito previsto en el artículo 149 del Código Penal Brasileño, cuya pena es de dos a ocho años de prisión. «La legislación define como trabajo en condiciones análogas a la esclavitud la servidumbre forzosa o la que somete al ciudadano a jornadas extenuantes y degradantes», explica el auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos, responsable de la investigación 52738-26.212.4.01.3800, que describe la situación de los bolivianos. Campos coordina desde el primer semestre de 2013 el Proyecto de Combate al Trabajo Análogo al de Esclavo de la Superintendencia Regional de Trabajo y Empleo de Minas Gerais.

Simón primero trabajó para la tienda «Vida Indústria de Confeções». Ubicada en la calle Mato Grosso, en Barro Preto, la marca fue fundada en 1991 por la empresaria Imperatriz de Araújo Porto. Desde entonces, el negocio se expandió a cinco puntos; tres tiendas en Belo Horizonte y una en São Paulo, además de una estampería. Durante la inspección del Ministerio de Trabajo en el taller de los bolivianos, se encontraron etiquetas de la marca y prendas inacabadas.

Luego, realizó pruebas para proveer sus servicios a otras marcas. Además del trabajo en «LaVÍ Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.» —marca presente en 98 ciudades de 22 estados brasileños—, el boliviano también habría recibido ayuda de la tienda para comprar las máquinas de coser, teniendo en cuenta que, al estar indocumentado, Simón tenía dificultad para acceder a líneas de crédito. La agilidad y la calidad en la entrega de las prendas hicieron que la propietaria de la marca, Andreza Gontijo, recomendara sus servicios a «Lafê Comércio e Vestuário».

Con un showroom en la calle Aristóteles Caldeira, en Prado, Lafê está presente hoy en más de 17 estados del país. En su sitio web, ostenta con énfasis artículos en blogs que

difunden sus colecciones. El mismo sistema de alianza se repitió en «Regina Salomão» (que tiene tiendas en los barrios Gutierrez, Lourdes, y en São Paulo), «Padronagem» e «Iorane». En el caso de esta última, el Ministerio de Trabajo recogió vestidos de noche producidos en el taller como prueba de la investigación.

Aun así, el número de prendas producidas para esas marcas al momento de la confiscación no se podía equiparar a la cantidad encargada por «Chiclete com Guaraná». La marca, cuya razón social es Bagefra Indústria e Comércio de Roupas, mantiene contactos comerciales en todo Brasil y también en los Estados Unidos e Italia. Figura constantemente en las páginas de revistas como «Cláudia» y «Caras» y en blogs de moda escritos por personalidades, como la consultora de moda Glória Kalil.

La cantidad de prendas de la marca encontradas durante la confiscación era tan grande que motivó una nueva inspección en ese mismo día, pero esa vez en la sede de la empresa. En esa ocasión, el Ministerio de Trabajo comprobó las informaciones proporcionadas por el matrimonio: los encargos siempre los hacía la empleada identificada como Vânia Aparecida Rezende Silva, quien no quiso dar entrevista.

Aunque no se lo menciona en la investigación sobre los bolivianos, el equipo de reportaje encontró durante la visita al taller, etiquetas para ropa que supuestamente se estarían produciendo para la marca «Áurea Prates». Conocida por los desfiles glamurosos que produce, como el que realizó en Minas Trend Preview 2014, Áurea Prates es hoy una de las marcas de Minas Gerais más famosas en Brasil y en el exterior. La calidad de sus prendas se expone a menudo en las páginas de «Marie Claire», «Elle» y en cientos de blogs cuyas páginas surgen de forma instantánea al hacer una búsqueda por su nombre en Google.

Facción

Para el presidente del Sindicato de Sastres y Costureras de Minas Gerais, Antônio Carlos Francisco dos Santos, la forma como se hacen las subcontrataciones de servicios en las tiendas de Belo horizonte contribuye a que ocurran situaciones como la que se ve en Ribeirão das Neves «Tratando de liberarse de los costes laborales, las tiendas hacen acuerdos informales a la hora de contratar», analiza.

Este régimen se denomina de facción. En él, las empresas contratan directamente un número mínimo de trabajadores, estos sí con contrato formal y responsables de la producción de los patrones (llamados «piloto»). Sin embargo, la mayor parte de la producción y el acabado de dichas prendas quedan a cargo de trabajadores independientes que realizan el trabajo en su hogar, llamados «faccionistas».

Lejos de las plantas y sujetos a toda suerte de imprevistos, los faccionistas cobran un porcentaje que varía entre 5 y 10% del coste de producción de la prenda. Si la ropa es rechazada por la inspección de calidad, su coste se descuenta del monto por cobrar. No tienen acceso a la Seguridad Social, descanso ni compensación por trabajo nocturno, derechos que hicieron que la costurera Ducleia Assis Duarte presentara una demanda laboral en contra de Bagefra/Chiclete com Guaraná. El proceso judicial está parado en la 21ª Jurisdicción de Belo Horizonte, con el número 654-61.013.5.03.0021, y el Poder Judicial no tiene un plazo previsto para decidir sobre el tema.

Citada en la averiguación, Ducleia cuenta que trabajó entre 2008 y 2012 para la empresa. Recibía los patrones de Vânia Aparecida y producía las prendas en su casa, en Betim, en jornadas de más de 11 horas diarias. Según el artículo 58 de la Consolidación de las Leyes de Trabajo de Brasil (CLT),

la jornada máxima permitida en ese país es de 8 horas al día y se pueden agregar 2 horas más, siempre y cuando se les abone como horas extraordinarias.

«Ellos no me pagaron todo lo que cosí y, algunas veces, me pagaban con el cheque de otra persona. Me enteré del caso de los bolivianos después del proceso, pero a nosotros nos pasaba lo mismo», dice ella. Según la costurera, ella era la que tenía que hacerse cargo de los costes de adquisición de maquinaria e hilos, además de buscar y entregar las prendas acabadas.

Según el Sumario nº 331 del Tribunal Superior de Trabajo, la subcontratación para la actividad de acabado es nula y genera vínculo laboral. En la práctica, eso significa que las empresas tendrían que hacerse cargo de los costes de un empleado subcontratado de la misma manera que hacen para un empleado regular. No es lo que sucede.

En la misma situación de Doña Ducleia se encontraron a otras 13 costureras bajo régimen de facción en Bagefra. Por temor a las cobranzas judiciales, la empresa les prohibió presentarse y dar declaraciones. Solo Ducleia se dispuso a hablar, mientras que seis trabajadores ni siquiera contestaron a la llamada de los auditores. A su vez, en LaVÍ, se encontraron a ocho faccionistas, además de los bolivianos, mientras que en Lafê, eran cuatro y en Regina Salomão, 12.

Los casos más graves de violación laboral se dieron en las marcas Padronagem, Iorane y Vida Nua. Si bien los auditores elaboraron una lista con cerca de 10 faccionistas regulares durante la primera visita, Padronagem optó por no proveer más informaciones. Dos de las 10 costureras declararon que llevaban trabajando siete años en forma exclusiva para Padronagem. La marca Iorane no proporcionó los nombres completos de sus faccionistas y fue sancionada por no permitir a sus empleados el derecho a una hora de descanso y alimentación, previstos en ley. Por fin, en Vida Nua, además de encontrar a seis faccionistas,



Simón termina un encargo de pantalones

el Ministerio de Trabajo constató que un estilista llevaba más de un año diseñando las prendas sin ningún tipo de contrato.

«¡NO SOY ESCLAVO!»

Frente a la sanción, Simón se vio obligado a presentarse junto con su esposa ante la Policía Federal. Intentó argumentar, dijo que el trabajo no le hacía daño. Pero los hombres de traje le dijeron que para trabajar él tendría que tener derecho a FGTS (Fondo de Garantía por Tiempo de Servicio), vacaciones y descansar entre un día y otro. «Me dijeron que yo era un esclavo y también yo estaba esclavizando a otros, que nadie podía quedarse despierto cosiendo por mucho tiempo. Pero nadie nos obliga a hacer nada», cuenta él indignado. Esa afirmación es común entre los inmigrantes en condiciones análogas a la esclavitud. Sin conocer la burocracia

brasileña, creen que la acción es una interferencia injustificada por parte de un gobierno que, en las palabras del mismo Simón, «no le deja a uno trabajar, pero si uno roba, le lleva a la cárcel». «Muchos bolivianos llegan a Brasil con poca experiencia laboral, por lo que no tienen como comparar realidades», escribe la periodista Camila Lins Rossi en la investigación «Nas costuras do trabalho escravo» [En las costuras del trabajo esclavo], donde analiza la situación de los bolivianos ilegales en São Paulo. Camila entrevistó durante un año a costureros de aquel país y viajó a Bolivia para tratar de entender qué es lo que los hace mudarse a Brasil. «Ese pensamiento [el de no sentirse esclavo] es una de las barreras que impide la diseminación de un trabajo de concienciación junto a los inmigrantes para que entiendan la real situación a la que están sometidos», concluye.

Simón no entendió que la Policía lo estaba rescatando. La prohibición le resultó más sancionadora que salvadora. Desolado, dejó los pasillos del



En secuencia, el perro Choco, el carrito de color, único juguete de T.A., y los dos pares de zapatos donados

Ministerio con el hijo en brazos, la esposa de la mano y sin un céntimo en el bolsillo para pagar los R\$12,30 del transporte a Ribeirão das Neves. Sin alternativa, caminó los cerca de 14 kilómetros que separan la Praça Sete, en el centro de Belo Horizonte, y la Central de Distribución de Minas Gerais (Ceasa Minas) en Contagem, en la transitada y peligrosa carretera BR-040. Solo allí, una señora se compadeció de sus rostros sudados y les dio dinero para que superaran los 16 kilómetros que quedaban hasta el barrio Neviana.

«Llegué llorando con T.A. Me senté en el piso de mi casa y no podía parar porque no sabía qué hacer», cuenta Valerín. No se le cae ni una lágrima mientras nos lo cuenta, pero las palabras le salen pesadas. Un pastor evangélico de la calle los consoló. El religioso les ayudó a recaudar alimentos, ropa y los dos únicos pares de zapatos de T.A. Al niño le regalaron también un perro, Choco, su único compañero cuando no está en la guardería.

El matrimonio, que ante la ley era capataz, pasó a la condición de esclavo. Después que sus compatriotas volvieron a Bolivia, los que a los ojos de la justicia eran explotadores, son ahora explotados. La investigación terminó en febrero de 2013, pero no el trabajo. Las demandas llegan todos los días, muchas de ellas provenientes de las mismas empresas sancionadas. Durante la investigación, la marca Vida Nua, por ejemplo, envió un pedido de 300 prendas para entrega en siete días. Simón les prometió entregarlas en cinco días.

«En este negocio, uno solo recibe más encargos si es rápido», dice en portugués con un acento muy fuerte. Y para ser rápido, no basta con tener habilidad con los equipos. Hay que quedarse despierto y coser sin descanso. Él confiesa que habitualmente comienza a trabajar a las 5 de la mañana, cuando llegan los pedidos, y suele trabajar hasta las 23hs. En los casos más complejos, es común que pase toda la madrugada cosiendo en la máquina de coser, sin dormir.

En uno de los pocos momentos en los que interrumpe el trabajo, saca de la percha un vestido rojo de seda bordado. Pone la prenda delante de una de las reporteras, como si quisiera ver qué tal le quedaba. Esta prenda se venderá a R\$2 mil, dice él, pero por ella le pagarán solo R\$60.

El costurero intenta negociarla. «Te la vendemos por R\$300. Si vas a la tienda, verás que es más cara». Ante la negativa, insiste. Se la ofrece en alquiler y hace su último intento. «Díganles a sus amigas que vengan aquí, que les haré un buen precio», pero se da cuenta de que sus trucos de vendedor no tendrán éxito.

Después de los hilos, tijeras y agujas, la negociación es su principal herramienta de trabajo.

Es común que la cantidad de tela utilizada para fabricar los pedidos alcance para hacer algunos trabajos adicionales. En ese caso, Valerín recorre el barrio vendiendo el excedente a las vecinas. Mientras Simón trabaja, ella enseña las prendas que los dos producen y dice los precios que cobran por ellas en las tiendas. «Suelo ir a los sitios donde se venden nuestras prendas. Los precios son muy altos», cuenta, decepcionada por lo que le pagan por cada prenda.

A Valerín le resulta incomprensible la vanidad que hace que las mujeres de nuestro país gasten tanto para vestir marcas famosas. En la tierra de Evo Morales, ponerse ropa cara es una de las últimas preocupaciones de aquel pueblo, que es obligado a enfrentar la escasez de alimentos, agua potable, el calor y la economía débil, casi toda basada en reservas de gas natural.

Su esposo, a su vez, se niega a aceptar como normales las costumbres brasileñas. Recuerda a una Bolivia que quedó atrás, pero cuyas tradiciones no quiere perder porque son las pocas cosas que definen quién es él en una industria cuyo valor está en las manos y no en los rostros. «Es todo al natural. La cara limpia, blusas de mangas largas y faldas más largas. Allí no somos tan liberales como en Brasil». A él le asusta la costumbre de pintarse las uñas, por ejemplo. «Ustedes tienen que dejarlas como las de ella», y señala las manos de su mujer, cuyas uñas no están pintadas. «No ponerles nada».



Las máquinas disputan el espacio con las prendas de ropa



El matrimonio enseña uno de los vestidos. Al lado, los showrooms de las marcas «Vida Nua» e «Regina Salomão»

Sonriente, sus ojos se ponen pesados solo en un momento. Es cuando se le cae la máscara de «gringo» bromista y dice algo sincero. Hay tristeza en su voz cuando el boliviano recuerda que otros se llevan el crédito de su trabajo. En las pasarelas, los estilistas son aplaudidos, alumbrados por los cañones de luz y los flashes de los fotógrafos, mientras que a él le toca la iluminación improvisada y la conexión eléctrica clandestina. «Veo aquellas prendas en su cuerpo (de las modelos) y pienso “lo hice yo”. El otro día vino un muchacho y me enseñó las fotos de las prendas en el catálogo. Todo muy bello», cuenta algo orgulloso.

Incluso, el boliviano es todo orgullo e impotencia. Se enorgullece de que sus prendas sean famosas, pero el hecho de que no sea él en recibir los aplausos y el reconocimiento es la parte más dura de su labor. Nunca menciona a sus compatriotas que le ayudaron. Para él son siempre «unas personas». Parece arrepentido, cambia el tema, pero es muy claro que, sin ayuda, su sueño de vivir de

su propio trabajo se aleja cada vez más. «Quiero cambiar eso, trabajar para mí. Eso de trabajar para las tiendas no merece la pena».

Aunque se tenga dinero, los empleados que se fueron no se reemplazan fácilmente. El costurero dice que «de nada vale aprender, hay que tener habilidad». Él confiesa que tardó casi un año en dominar la técnica y desperdició mucho material a lo largo del proceso.

Sin recursos ni salida, la punta de la aguja trabaja sin parar. Ante tanta tela, falta tiempo para los pañales. El agitado chiquillo T. A. corre por la casa. Absorta en el trabajo, la madre apenas tiene tiempo para regañarle. «A T. A. lo quieren mucho los vecinos. Desde los tres meses de edad, lo cuida la vecina. Pero ahora ella ya no se ocupa tanto de él porque le nació una nieta», habla de la vecina que vive enfrente. «Ella le daba comida, agua, le daba todo». Ahora, al estar muy ocupada con su nieta, la vecina ya no puede quedarse con el niño. Por eso, él se queda la mayor parte del día en casa,

entre retales y etiquetas. Mientras su padre conversa con el equipo de reportaje, T. A. revuelve las bolsas y balbuce «bello, bello, bello». En un determinado momento, agarra un trozo de papel y, de puntillas, estira sus finos brazos hacia la máquina de coser, imitando el trabajo de sus padres. Simón ignora al hijo, quien claramente sigue, poco a poco, su destino, y afirma en negación: «Este será vendedor, no coserá ni sufrirá como su padre».

Las ganas de tener un negocio propio es lo que los mantiene atrapados a la situación degradante. Las máquinas adquiridas con la ayuda de LaVí

fueron confiscadas como prueba para el caso. El boliviano pidió una medida cautelar para recuperarlas, pero el Juez Federal de la 11ª Jurisdicción, Marllon Sousa, la denegó. «La restitución se vería precipitada [...], teniendo en cuenta que las máquinas podrían constituir el mismo instrumento del delito o incluso provecho del supuesto delito [...]. (Devolver) las mercancías posibilitarían el funcionamiento del taller de confección de propiedad del investigado y, por consiguiente, la sumisión de los trabajadores a condiciones degradantes», dice el juez en la decisión del proceso, publicada el

QUÉ DICEN LAS MARCAS

A lo largo de casi dos semanas, el equipo de reportaje intentó varias veces contactar con todas las empresas investigadas. En LaVí, la propietaria Andreza Gontijo dijo que, de hecho, contrató a los bolivianos. «Ellos trabajaban en régimen de facción, lo mismo que hacemos con las costureras en todo Brasil. Yo les pagaba por las prendas que me entregaban», cuenta ella. Por teléfono, el abogado de Andreza, Claison Braga, negó que los bolivianos trabajaran en condiciones análogas a la esclavitud. «No conocemos el método de trabajo que utilizan ellos. Se hizo una prueba y las prendas fueron aprobadas, al igual que ocurre con el 80% de todas las tiendas de Barro Preto», dijo. Al preguntarle acerca de las largas jornadas y las condiciones del lugar donde se producía la ropa, Braga dijo que a partir de ahí solo se pronunciaría «ante las instancias correspondientes».

En Lafê, una empleada que se negó a decirnos su nombre dijo que fueron los bolivianos quienes los buscaron. «Nunca he trabajado con ellos», dijo esa mujer. La empleada de RR.HH. de Regina Salomão, Edna Pereira, informó, a su vez, que el pedido no llegó a concretarse. «Les enviamos el modelo de la prenda para que la hicieran, pero ellos no llegaron a producirla. Nosotros recogimos la prenda antes de la inspección del Ministerio de Trabajo, pero encontraron unas etiquetas antiguas en la vivienda de los bolivianos y, por eso, nos citaron», dice ella.

El abogado de la marca Iorane afirma también que su cliente nunca ha contratado, no sabe quién es y no tiene ninguna relación con ningún boliviano. «Incluso, ella solo se enteró que su nombre estaba involucrado en ese caso a través de la prensa». Cuando le dijeron que el caso no se había publicado en ningún medio de comunicación, él cambió de tema y reafirmó la posición de su representada.

En el caso de Vida Nua, la socia Izamara



Cambraia Freire calificó las acusaciones como falsas. Ella afirmó que demandará a cualquier medio de comunicación que publique el asunto y no se pronunciará sobre el caso. En un nuevo intento, el equipo de reportaje logró hablar con una de las empleadas de la tienda, quien se identificó solo como Kelly. Ella dijo que se encargó del caso en el momento de la sanción y lo sometió al abogado de la empresa, quien «dijo que la acusación no tenía ningún mérito».

El socio de la marca Áurea Prates, Rodrigo Tavares, también ha llamado. Él negó la relación con cualquier boliviano y afirmó que las prendas encontradas probablemente tenían que ver con alguna prueba solicitada por la empresa antes de aprobar a un faccionista. «Áurea Prates no tiene y no ha tenido ningún tipo de acuerdo en régimen de trabajo en condiciones análogas a la esclavitud. Incluso la subcontratación, muy común en las tiendas de ropa de aquí, ya es

un caso que estamos solucionando», cuenta él.

Informado sobre la prenda de R\$ 2 mil, Tavares defendió a los tenderos. «Para evaluar si los R\$ 60 pagados por la confección de un vestido son justos o no, hay que verificar el tiempo utilizado para producir la ropa y no el precio final del producto. Pero ya puedo decirle que muy probablemente (los 60 reales) son totalmente justos y viables, teniendo en cuenta que lo que hace más caras prendas como estas son las telas sofisticadas y el bordado», evalúa él. «A menudo vemos como la prensa publica esos valores y muestra a los empresarios como los grandes villanos, como si tuviéramos enormes ganancias. No es lo que ocurre en nuestro sector», completa.

Los representantes de las marcas Chiclete com Guaraná y Padronagem se comprometieron a darnos una respuesta sobre el tema, pero no devolvieron la llamada ni contestaron a los nuevos intentos de contacto por parte del equipo de reportaje.



Jaime Pedro Alanza, cónsul de Bolivia en Brasil

20 de mayo. Sin embargo, ese organismo ignoró que la supuesta sumisión seguiría con o sin el bien confiscado.

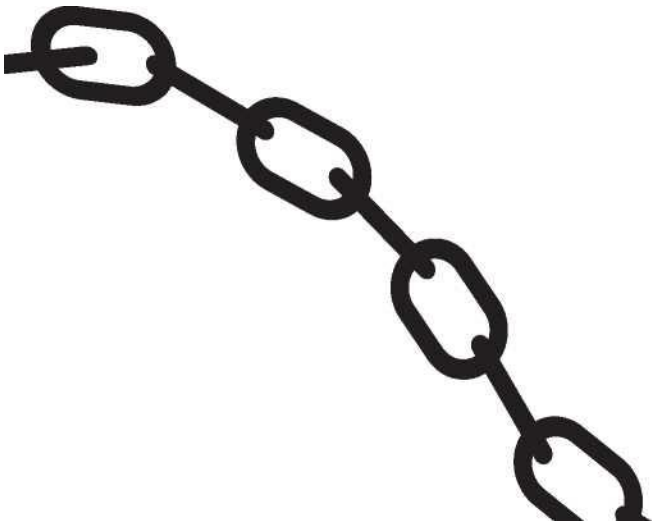
La situación solo empeora, teniendo en cuenta que desde el 8 de agosto de 2013 su mujer es considerada ilegal en el país. En ese entonces, la Secretaría Nacional de Justicia denegó su solicitud de permanencia en Brasil porque la boliviana no fue encontrada en la dirección informada a las autoridades. Amenazada de deportación, Valerín corre el riesgo de no ver a su hijo crecer. Por otra parte, a las empresas les tocó sanciones e innumerables firmas en acuerdos de ajuste de conducta.

La situación en Brasil

El caso de los dos bolivianos llama la atención por ser una práctica común en el estado de São Paulo, aunque inédita en Minas Gerais: la explotación de bolivianos en la confección de ropa. Todos los días, cientos de inmigrantes llegan a la ciudad de São Paulo, a la estación de autobuses Tietê, en busca de mejores condiciones o de acumular dinero suficiente para regresar a su país de origen. Hablan poco y entienden aún menos. Con un conocimiento mínimo de las leyes laborales, son víctimas fáciles de la ganancia y la búsqueda de la reducción de costes de algunos empresarios.

En 2011 circuló por el país la noticia de que la marca española Zara utilizaba mano de obra esclava para producir su ropa.

En esa ocasión, un equipo de inspección del Ministerio de Trabajo encontró a 16 trabajadores —15 de los cuales son bolivianos— que cosían durante 16 horas al día y cobraban R\$0,70 por cada prenda que se revendía en



los centros comerciales de lujo distribuidos por el país. El sueldo máximo que cobran esos profesionales difícilmente pasa de los R\$400 al mes. En ese entonces, Inditex, grupo que, además de Zara, controla también otras marcas, como Pull and Beary Oysho, atribuyó la situación a la subcontratación irregular. «El principal obstáculo en ese caso es la falta de documentos de las personas que son rescatadas del trabajo en condiciones análogas a la esclavitud. Muchos ingresan al país sin ningún registro y, por consiguiente, sin acceso a los servicios públicos y la protección legal», comenta el Fiscal General del Trabajo, Luís Camargo de Melo. «En el caso de São Paulo, había una necesidad de regularizar a esas personas y el Ministerio de las Relaciones Exteriores fue convocado a ayudarnos en el proceso».

El Fiscal dice, además, que al identificar una realidad como la de São Paulo y, ahora, la de Minas Gerais, la primera acción por parte del Ministerio Público del Trabajo es recoger a los ciudadanos y, luego, presentar ante la justicia una Acción Civil Pública solicitando la reparación por daños morales o colectivos. «Estamos articulándonos con la Pastoral del Extranjero y el gobierno de Bolivia para realizar acciones que adviertan a los bolivianos acerca de las condiciones bajo las cuales ellos son invitados a venir a Brasil», dice él.

Según el Coordinador Nacional del Programa de Combate al Trabajo Forzoso de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), Luiz Antônio Machado, se estima que hay cerca de 8 mil talleres y 100 mil trabajadores extranjeros en São Paulo.

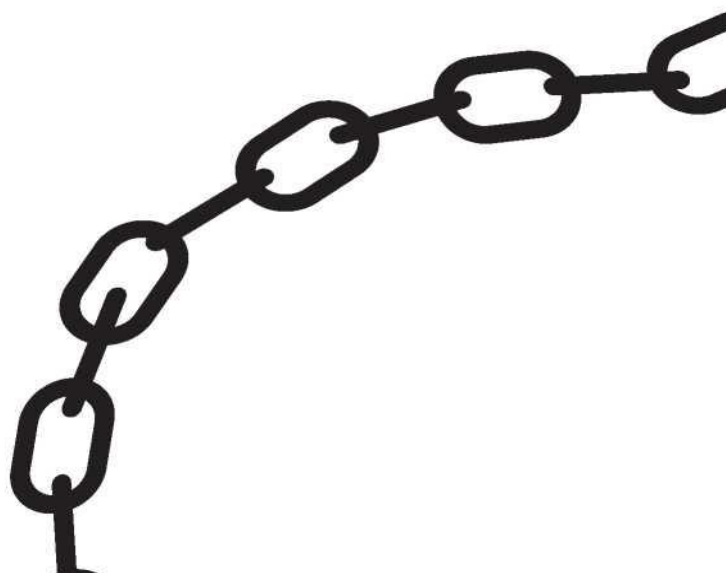
«La dimensión del problema en los talleres de confección de São Paulo todavía es desconocida», afirma. La estadística global de la OIT revela que casi la mitad de los trabajadores en condiciones análogas a la esclavitud inmigró. El crimen, sin embargo, tiene dinámicas diferentes en cada país y sector. En la confección, el organismo estima que más del 90% de los trabajadores esclavos son inmigrantes.

Según el cónsul general de Bolivia, Jaime Pedro Almanza, la acción articulada con la Policía Federal podría reducir todavía más los casos

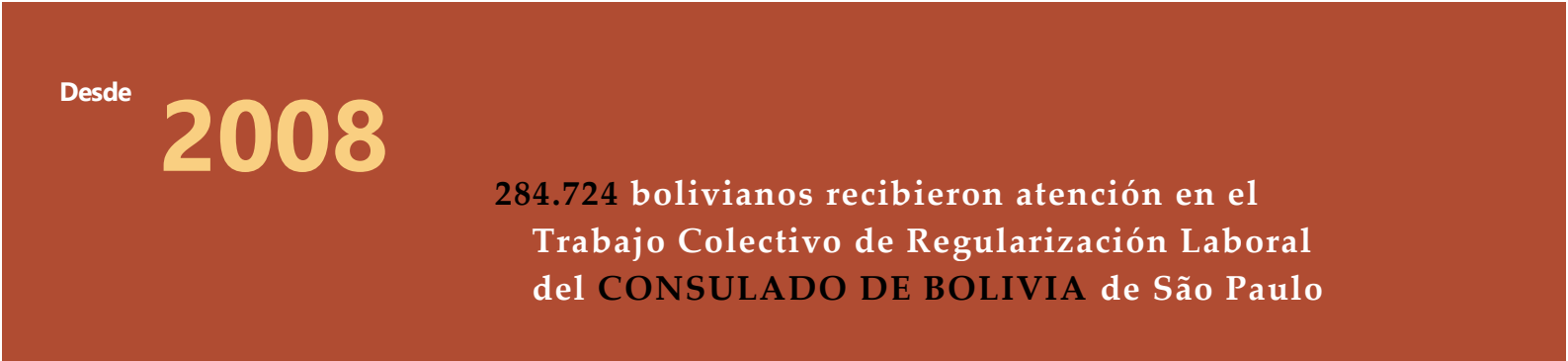
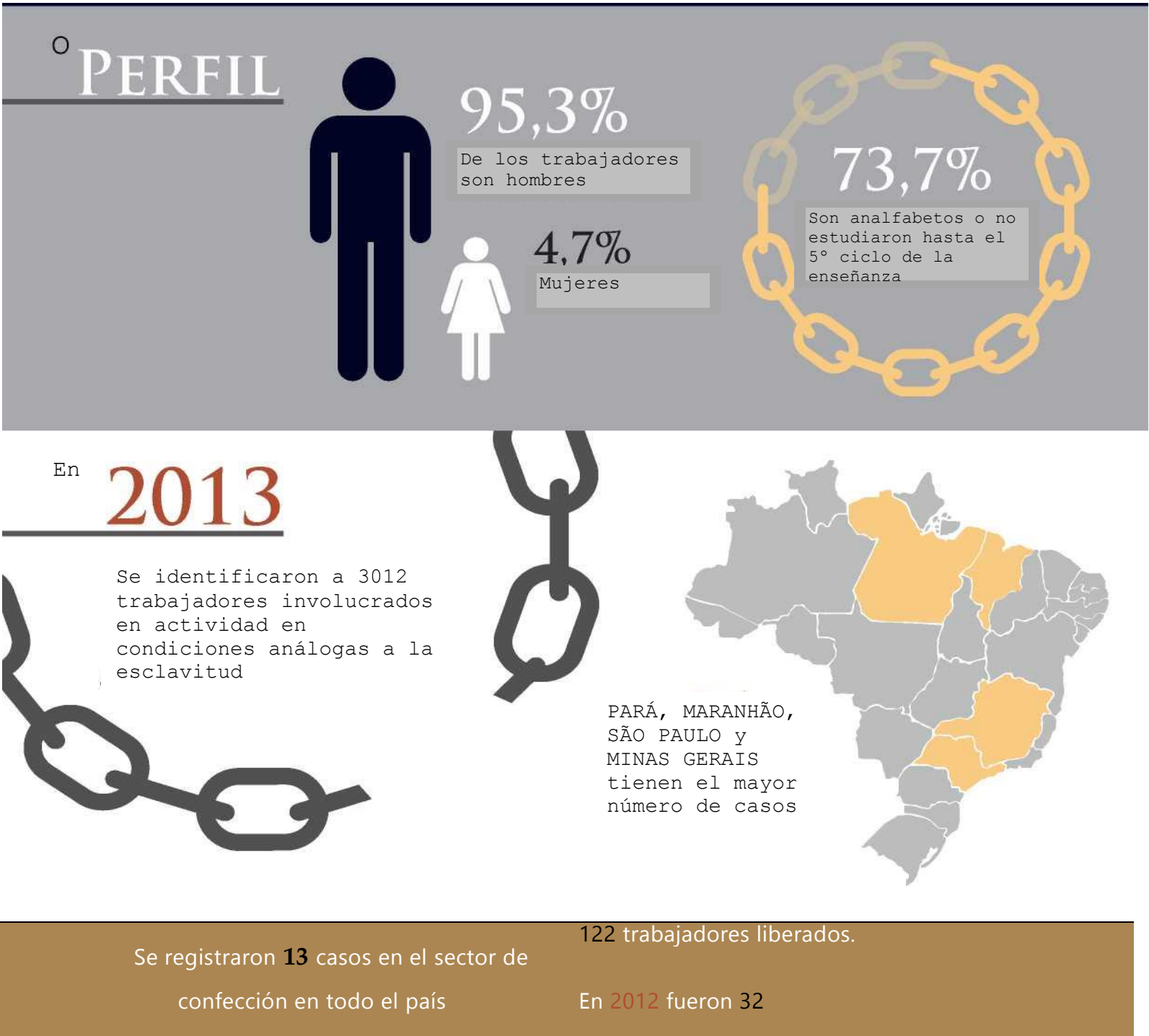
como el de Ribeirão das Neves. Él resalta, sin embargo, las iniciativas que el consulado ha realizado por su propia cuenta. «En 2009, actuamos en conjunto con la Secretaría de Trabajo en un programa de combate a la explotación de los bolivianos. Conseguimos documentos migratorios, asesoramiento legal y billetes para quienes quisieran regresar a Bolivia», cuenta. Dichas actividades difícilmente llegan a los inmigrantes esparcidos por el interior del país.

En una nota, el Ministerio de Relaciones Exteriores informó que no hay compilación sobre el flujo de concesión de visados en los consulados brasileños de Bolivia. Contradiendo las imágenes mostradas en la televisión de las enormes colas frente a las representaciones de Brasil, el Ministerio aseguró que la atención en esos sitios sigue normal, de acuerdo a la demanda. «El MRE sigue en contacto cercano con los demás organismos responsables de resolver el problema y mantiene conversaciones con los Gobiernos de otros países para subsanar el problema del trabajo esclavo. Sin embargo, desde el momento que el nacional extranjero llega al territorio brasileño, el tema queda bajo la competencia legal de la Policía Federal (según lo dispuesto en el artículo 1º, inciso I y en el artículo 1º, inciso IV, apartado h, del decreto n° 73.332, de 19/12/1973)», finaliza la nota.

La asesoría de prensa del MRE informó, además, que está a cargo de la Coordinación General de Inmigración del Ministerio de Trabajo y Empleo la responsabilidad de conceder visados que autoricen la actividad remunerada en el país.



EL TRABAJO ESCLAVO EN BRASIL EN NÚMEROS



FUENTES: Estadísticas de la Comisión Pastoral de la Tierra 2013 | Consulado de Bolivia

Y DE VUELTA A RIBEIRÃO DAS NEVES

A pesar de las investigaciones, demandas y una posible deportación de su mujer pesando sobre sus hombros, Simón dice que no dejará de coser. «Aunque vaya a los Estados Unidos, España, Francia o cualquier otra parte del mundo, seguiré siendo un costurero. Coser es lo que sé hacer, mi profesión es esa y, aunque me quiten las máquinas, iré hasta donde tenga que ir para poder hacerlo». Sin embargo, él no piensa quedarse en Brasil por mucho tiempo.

La madre de Valerín y una de sus cuatro hermanas murieron en un accidente de automóvil en febrero de este año. Recibieron la noticia por teléfono después del entierro y ella no pudo despedirse. No había tiempo; siguen vivas la mayor, de 25 años, y las dos más jóvenes, menores de edad, que tienen 11 y 15 años. «Lo primero que pensé fue en las pequeñas. Mi hermana no puede cuidar a las dos y no tenemos como traerlas», se preocupa Valerín. Ante la dificultad a la que se enfrenta la familia, ella ya admite que las dos chicas terminarán por

abandonar la escuela para trabajar («pasa mucho eso, niños de siete años que ya trabajan»).

La esperanza de seguir en el país está en la remota posibilidad de encontrar a Raimundo Flores. El futuro parece basarse en el «si». «Si» Raimundo tiene una situación financiera cómoda. «Si» logran superar la máquina burocrática que los separa de la regularización. «Si» reciben pedidos suficientes para pagar el alquiler y alimentar al niño. «Pienso que terminaré por irme. Brasil me maltrató mucho. Mi cara, mi acento de extranjero me convirtieron en un mendigo ante los demás. No nos ven como dos personas que están buscando una oportunidad, sino como dos personas que buscan la caridad», lamenta Simón, resignado. «Mis hermanos están esparcidos por ahí. Vendo mis máquinas a un precio suficiente como para pagar los billetes y me voy. Al menos estaré con mi familia».

En la despedida, sonríe mientras hace señas y cierra la puerta. Desde la esquina se puede escuchar el ruido de la aguja que vuelve a trabajar.

